



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA, Estado de Goiás, **TORNA PÚBLICO** aos interessados a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização do Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal – Edital nº 001/2015, destinado a selecionar candidatos aos cargos de **Controle Interno e Procurador**, obedecido o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Israelândia (Lei nº 510, de 01 de agosto de 1990); Lei Complementar nº 1029, de 11 de junho de 2014; Lei Complementar nº 1035, de 29 de outubro de 2014; Lei Orgânica Municipal; Art. 37 da Constituição Federal e Portaria nº 02/14, de 01 de dezembro de 2014 (Regulamentação do Concurso Público), que se regerá de acordo com as instruções especiais que ficam fazendo parte integrante deste Edital.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, pelo regime Estatutário, de acordo com a Legislação que trata da matéria, bem como por este Edital, e será executado pela empresa **PERFAS – Planejamento e Assessoria Municipal Ltda**, sediada na Capital do Estado de Goiás, na **Rua T-30 esq. c/ T-50, Quadra 64, Lote 12, Casa 03, setor Bueno, Goiânia-GO (CEP: 74210-060)**, devidamente acompanhado e fiscalizado por uma Comissão Especial designada pelo Presidente da Câmara Municipal.

1.2. Para efeito da aplicação de provas e avaliação final dos candidatos será observada a descrição das funções e/ou atribuições dos cargos, na forma contida no Anexo I deste Edital.

1.3. Serão nomeados, para as vagas existentes, os candidatos aprovados e classificados, de acordo com a ordem de classificação, para o cargo no qual tiverem feito sua inscrição e estarem devidamente habilitados, conforme as disposições normativas indicadas neste Edital.

1.3.1. Os candidatos aprovados e convocados serão lotados na Câmara Municipal, conforme o caso, atinentes às respectivas funções, de acordo com as necessidades e conveniência da Câmara Municipal, estando sujeitos inclusive à transferência de locais de trabalho no curso de sua vida funcional.

1.3.2. Os candidatos aprovados e classificados, dentro do número de vagas oferecidas no edital do concurso, serão nomeados dentro do prazo de validade do mesmo.

1.4. Os candidatos aprovados e classificados na condição de reserva técnica poderão ser aproveitados, dentro do prazo de validade do concurso, caso surjam novas vagas.

1.5. A jornada de trabalho, a remuneração e o quantitativo de vagas para os cargos, objeto deste Concurso Público, são as definidas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Israelândia (Lei nº 510, de 01 de agosto de 1990); Lei Complementar



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



nº 1029, de 11 de junho de 2014; Lei Complementar nº 1035, de 29 de outubro de 2014; Lei Orgânica Municipal; Art. 37 da Constituição Federal e Portaria nº 02/14, de 01 de dezembro de 2014 (Regulamentação do Concurso Público), tudo em conformidade com o Anexo I deste Edital.

1.6. A escolaridade mínima, tanto quanto os requisitos para provimento dos cargos são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.7. O nível de escolaridade e os requisitos para provimento dos cargos deverão ser apresentados no prazo fixado para a condição da posse, devendo, no ato de inscrição, o candidato declarar que possui todas as exigências para a posse, conforme previsto no Anexo I e, em caso de êxito no certame seletivo, é obrigatório apresentação do comprovante de escolaridade e demais documentos exigidos neste Edital no ato do provimento do cargo.

II. QUANTITATIVO E SALÁRIO DO CARGO E FUNÇÃO:

2.1. O Anexo I, que parte integrante deste Edital, define o quantitativo de vagas para cada função e seus respectivos salários bases para início de carreira.

III. DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE:

3.1. Fica reservado aos portadores de necessidades especiais, o percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada cargo (Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, art. 36 item II), e em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 7.853/1989, Decreto Federal n.º 3.298/1999, fica assegurado aos candidatos com deficiência o direito de se inscreverem nesse concurso público para investidura em um dos cargos, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.1.1. Se na aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado e este for superior a 0,5 (cinco décimos), deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente;

3.1.2. Na aplicação do percentual acima se o resultado for igual ou inferior a 0,5 (cinco décimos), o portador de deficiência física não terá vaga reservada no cargo pretendido.

3.1.3. A nomeação e convocação para preenchimento das vagas destinadas aos candidatos Portadores de Necessidades Especiais ou daquelas que surgirem durante a validade do concurso, dar-se-á em caráter preferencial aos demais candidatos aprovados para o mesmo cargo.

3.2. É pessoa considerada portadora de deficiência a que se enquadra nas condições descritas no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, ou seja, "pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou reduções de suas funções psicológicas,



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



fisiológicas, mentais ou anatômicas, suficientes para gerar incapacidade para o desempenho de atividades na forma ou na medida considerada dentro dos padrões adotados como normais para o ser humano”.

3.3. A pessoa portadora de deficiência participará da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo e avaliação das provas, duração, horário e local de aplicação das provas e nota mínima exigida;

3.4. O candidato portador de deficiência deverá declarar em sua inscrição *on line* que é portador de deficiência, caso contrário concorrerá às vagas regulares juntamente com os demais candidatos.

3.5. O candidato que se declarar candidato com deficiência deverá entregar pessoalmente ou enviar por Sedex ou Carta Registrada até o final das inscrições o laudo médico original ou cópia autenticada a que se refere o subitem 3.7 e cópia legível do RG e CPF, para o seguinte endereço: sede da CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA, Estado de Goiás, na Rua Melquiades Antônio Cláudio nº 12 Setor Central - CEP: 76.205-000, aos cuidados da Comissão Especial do Concurso Público da Câmara Municipal de Israelândia/GO.

3.6. O laudo médico terá validade somente para este concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

3.7. O laudo médico deverá ser emitido obedecendo às seguintes exigências:

- a) ter data de emissão posterior à data de publicação deste edital;
- b) constar o nome e o número do documento de identificação do candidato, o nome, número do registro no Conselho Local de Trabalho de Medicina (CRM) e assinatura do médico responsável pela emissão do laudo;
- c) descrever a espécie e o grau ou nível de deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10);
- d) constar, quando for o caso, a necessidade de uso de próteses ou adaptações;
- e) no caso de deficiente auditivo, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria recente, realizado até 06 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições;
- f) no caso de deficiente visual, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual recente, realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

3.7.1. No **dia 07/12/2015** será publicado no site www.perfas.com.br, lista contendo o deferimento/indeferimento das condições especiais solicitadas, bem como dos candidatos que concorrerão às vagas reservadas.

3.7.1.1. Considerar-se-á deferido (válido) o laudo médico que estiver de acordo com o item 3.7 e alíneas desta Edital;

3.7.1.2. O candidato cujo laudo seja considerado inválido ou tenha a solicitação indeferida poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis após a publicação indicada no item 3.7.1, vedada a juntada de documentos.

3.7.2. Os candidatos portadores de deficiência aprovados no concurso deverão submeter-se à Junta Médica Oficial do Município, em data a ser divulgada em edital de



convocação, antes da homologação de resultado final, com o intuito de verificar o enquadramento da deficiência na previsão contida neste Edital.

3.7.3. Os candidatos com deficiência deverão comparecer à Junta Médica, munidos de laudo (original ou cópia autenticada) circunstanciado que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), observados os demais requisitos estabelecidos no Edital do Concurso Público.

3.7.4. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação tratada no item 3.7.2 deste Edital.

3.7.5. Aos deficientes visuais, que necessitem de prova ampliada, auxílio de fiscal para leitura da prova; auxílio de fiscal para transcrição da prova no gabarito ou no sistema Braille deverá requerê-la no prazo e forma prevista no item 3.5 deste Edital. Os candidatos que não o fizerem, seja qual for o motivo alegado não terão a prova especial preparada.

3.7.5.1. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.

3.7.5.2. Candidatos com deficiência visual (cegos ou baixa visão), que solicitarem prova especial por meio da utilização de software, serão oferecidos computador/notebook, com o software NVDA disponível para uso dos candidatos durante a realização de sua prova.

3.7.6. Candidato com deficiência auditiva deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, se necessitará de:

- a) intérprete de LIBRAS;
- b) autorização para utilização de aparelho auricular.

3.7.7. Candidato com deficiência física deverá indicar, obrigatoriamente, em sua ficha de inscrição, se necessitará de:

- a) mobiliário adaptado;
- b) auxílio no manuseio da prova e transcrição de respostas.

3.8. O laudo que não atender às exigências contidas no subitem 3.7 não terá validade, ficando o candidato impossibilitado de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

3.9. O candidato que se declarar deficiente no ato da inscrição e não entregar o laudo médico, conforme subitem 3.5, será desconsiderado como tal e não poderá, posteriormente, alegar essa condição para reivindicar qualquer garantia legal no concurso.

3.10. O candidato que se inscrever nas vagas destinadas aos portadores de deficiência física, que necessitar de condição especial para realização da prova, deverá solicitá-la, POR ESCRITO, em conformidade com o requerimento contido no Anexo IV deste Edital, encaminhando, pessoalmente ou via sedex, correspondência à COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO, na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA, Estado de Goiás, na Rua Melquiades Antônio Cláudio nº 12 Setor Central - CEP: 76.205-000,



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



informando e comprovando, através de atestado médico, detalhadamente, qual a sua deficiência e condição especial que necessitará, até o terceiro dia útil após o encerramento das inscrições.

3.10.1. O envelope deverá conter em sua parte externa os seguintes dizeres: CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 – CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA - GO, PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS e CARGO PARA O QUAL SE INSCREVEU;

3.10.2. Dentro do envelope deverá conter cópia da ficha de inscrição do candidato, atestado médico comprovando a sua deficiência e informação de qual condição especial necessitará para realização de sua prova;

3.10.3. A solicitação de tratamento diferenciado que não chegar à sede da CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA até o 3º dia útil após o encerramento das inscrições, implicará em sua não concessão e o candidato realizará a prova nas mesmas condições dos demais candidatos, não lhe cabendo nenhum questionamento no dia da prova ou posteriormente.

3.11. Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a opção de concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência será desconsiderada, passando o candidato a fazer parte do grupo geral de inscrição.

3.12. Nos casos de incompatibilidade da deficiência com os cargos, objeto deste Edital, a nomeação não será efetivada.

3.13. Se aprovado e classificado para o provimento das vagas, o candidato portador de deficiência realizará exame médico pericial, com o fim de ser apurada a compatibilidade da função com a deficiência de que é portador.

3.14. As vagas destinadas aos candidatos inscritos na condição de portadores de deficiência, se não providas, por falta de candidatos ou pela reprovação, na seleção ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem classificatória.

3.15. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção.

3.16. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

3.17. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.18. Os candidatos, que no ato de inscrição, se declararem portadores de deficiência, se classificados nas provas, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.19. As condições especiais solicitadas pelo candidato serão analisadas e atendidas segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

3.20. O candidato com deficiência, aprovado em todas as etapas do concurso, não poderá utilizar-se desta condição para justificar mudança de função, readaptação ou aposentadoria, após sua posse.



3.21. O candidato com deficiência poderá, ainda, ser considerado inapto no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo e ser demitido.

3.22. Os candidatos considerados deficientes, se não eliminados no concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte.

3.23. A empresa PERFAS não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio de documentos (laudo médico, requerimento de condições especiais, recursos e outros documentos pertinentes ao concurso).

3.24. Fica assegurado, às lactantes, o direito de participarem do Concurso, nos critérios e condições estabelecidos pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000.

3.24.1. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, desde que assim o requeira conforme o disposto no item 3.10 deste Edital, devendo levar um acompanhante, que ficará na companhia da criança em local reservado e diferente da sala de provas.

3.24.2. A solicitação deverá ser feita em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da prova, por meio de requerimento, datado e assinado, entregue pessoalmente ou por terceiro, enviado via FAX (62) 3636.1138 ou por e-mail contato@perfas.com.br no endereço e horários citados neste edital.

3.24.3. A candidata que não apresentar a solicitação no prazo estabelecido no item anterior deste Edital, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.

3.24.4. Nos horários previstos para amamentação, a lactante poderá retirar-se, temporariamente, do local/sala em que estarão sendo realizadas as provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.

3.24.5. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma "fiscal", sem a presença do responsável pela guarda da criança que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

3.24.6. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.24.7. A candidata em aleitamento deverá anexar ao requerimento uma cópia legível do documento de identificação do acompanhante, o qual terá acesso ao local de realização das provas mediante apresentação do documento original de identidade.

3.24.8. A candidata lactante que não levar acompanhante não poderá realizar a prova.

3.24. Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outras), que impossibilitem a realização das provas, diminuam ou limitem a capacidade física dos candidatos, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



3.25. Os documentos encaminhados fora do envelope e dos prazos estipulados neste Edital não serão conhecidos.

3.26. Após o prazo de inscrição e uma vez deferidas as inscrições, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato da lista especial de candidatos com deficiência.

IV. PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO:

4.1. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados a partir da data da homologação do resultado final, podendo, a critério da Câmara Municipal de Israelândia, ser prorrogado por uma única vez e por igual período.

V. DAS INSCRIÇÕES E EXIGÊNCIAS:

5.1. O candidato deverá realizar sua inscrição, via internet, através do site www.perfas.com.br, no período compreendido entre **00:00 horas do dia 02/11/2015 às 23:59 horas do dia 22/11/2015, horário de Brasília.**

5.1.1. A Câmara Municipal de Israelândia manterá computadores com impressoras e digitadores à disposição dos interessados em se inscrever no concurso, durante todo o período de inscrição, na Secretaria Geral da Câmara, situada na Rua Melquiades Antônio Cláudio, nº 12 Setor Central - CEP: 76.205-000 - Israelândia - GO, no horário de expediente.

5.1.2. Os dados constantes da ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, inclusive quanto aos erros, omissões, incorreções ou cargos trocados.

5.1.3. Na ficha de inscrição não será necessário o candidato colar a foto 3X4, podendo esta ser facultativamente colada no Cartão de Identificação do Candidato.

5.2. Após o preenchimento completo da ficha de inscrição, que ocorrerá ao término da gravação dos dados, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma prevista no item 5.15 deste Edital.

5.3. A inscrição do candidato somente será concretizada após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

5.4. Depois de concretizada a inscrição, em hipótese alguma haverá mudança quanto ao cargo objeto da inscrição, informações ou documentos já fornecidos.

5.5. Não serão considerados os pedidos de inscrição não concretizados por motivos de ordem técnica quanto ao funcionamento de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados, ressalvado as disposições do item 5.24 deste Edital.

5.6. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação tácita das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.7. O candidato deverá inscrever-se com o nome que figurar na identidade e, com este nome, praticar todos os atos do concurso.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio ° 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



5.8. A qualquer tempo, após processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa, poderão ser anulados os atos de inscrição, provas, nomeação ou posse dos candidatos, caso seja confirmada a falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade quanto aos documentos apresentados.

5.9. É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição via internet.

5.10. Não serão aceitas inscrições efetuadas por qualquer outro meio que não seja através do site www.perfas.com.br.

5.11. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória ou condicional.

5.12. O candidato somente poderá inscrever-se para um único cargo. Caso o candidato se inscreva para mais de um cargo, será considerada apenas a última inscrição efetuada, as demais serão canceladas, assegurado ao candidato o direito de restituição da taxa de inscrição das inscrições anteriores.

5.13. Não haverá devolução da taxa paga, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, não compareça na data designada para a prova.

5.14. São requisitos para investidura nos cargos:

- a) Ter sido aprovado no concurso, na forma estabelecida neste Edital;
- b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- c) Ter 18 anos completos até a data da posse;
- d) Estar no gozo dos direitos políticos;
- e) Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- f) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- g) Não ter sofrido condenação criminal, transitada em julgado, por crime contra o Patrimônio ou Administração Pública;
- h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, a ser aferida pela junta médica oficial ou oficializada do Município;
- i) Possuir e comprovar o pré-requisito exigido para o cargo pretendido, na época da posse;
- j) Apresentar os documentos exigidos para a posse, estipulados neste Edital, sob pena de ser eliminado deste concurso;
- k) Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público, de acordo com o art. 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que inclui o § 10º no Art. 37 da Constituição Federal.

5.15. Após a confirmação da inscrição, que ocorrerá ao término da operação referida no item 5.1, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, obedecendo as taxas abaixo fixadas, por cargo, a saber:

CARGO A PROVER	TAXA DE INSCRIÇÃO EM R\$
Controle Interno	36,00
Procurador	75,00



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



5.15.1. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o segundo dia útil após o encerramento das inscrições (**24/11/2015**), desde que tenha impresso o boleto até o dia 22/11/2015;

5.15.2. A inscrição somente será considerada válida após o devido pagamento do boleto bancário no prazo indicado no item 5.15.1;

5.15.3. O candidato, ao efetivar sua inscrição assume inteira responsabilidade pelas informações que fizer constar no formulário próprio de inscrição, sob as penas da lei, bem como declara que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do que o candidato não poderá alegar desconhecimento.

5.15.4. O simples comprovante de agendamento bancário não será aceito como comprovante de pagamento de inscrição.

5.16. Não serão aceitos pagamentos efetuados com cheque.

5.17. Não haverá restituição da taxa em nenhuma hipótese, salvo se ocorrer o cancelamento do certame por decisão final administrativa, pagamento em duplicidade ou extemporâneo, devendo a Câmara Municipal restituir ao candidato a quantia paga.

5.18. O deferimento das inscrições dependerá do correto preenchimento pelo candidato do documento de inscrição, devendo o candidato indicar a forma de contato para dirimir eventuais dúvidas.

5.19. Estará isento do pagamento da taxa de inscrições o candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e declarar que é membro de família de baixa renda, assim compreendida aquela que possua renda per capita de até meio salário mínimo ou aquela que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de Junho de 2007.

5.19.1. A isenção deverá ser solicitada mediante a inscrição do candidato, disponível por meio do site www.perfas.com.br, sendo que constará no final do preenchimento dos dados o ícone para esta condição;

5.19.2. A PERFAS, empresa responsável pela realização do certame seletivo, verificará perante o órgão gestor do CadÚnico do Município ou do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome a veracidade das informações prestadas pelo candidato para fins de confirmação do pedido de isenção.

5.19.3. As informações de pedido de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso;

5.19.4. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos para a inscrição.

5.19.5. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico;

5.19.6. A relação de pedidos de isenção deferidos será divulgada no endereço eletrônico www.perfas.com.br, 04 (quatro) dias úteis após o término das inscrições;



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



5.19.7. O candidato terá dois dias úteis a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para recorrer do indeferimento, conforme procedimentos a serem disponibilizados por ocasião desta divulgação. Após este período, não serão aceitos pedidos de revisão;

5.19.8. Os candidatos que tiverem os seus pedidos de isenções indeferidos deverão, para efetivar a sua inscrição no concurso, acessar o site www.perfas.com.br e emitir o seu boleto e efetuar o pagamento até o terceiro dia útil após a divulgação da lista de indeferimentos de isenção.

5.20. O **Cartão de Identificação do Candidato** estará disponível no site www.perfas.com.br após o deferimento da inscrição, que ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias após o pagamento da taxa de inscrição, ou a partir do dia **07/12/2015**, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção deste documento, mediante a impressão do mesmo.

5.21. A empresa PERFAS e a Câmara Municipal de Israelândia não serão responsáveis por problemas na inscrição via Internet, motivados por falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação nos últimos dias do período que venha a impossibilitar a transferência e o recebimento de dados.

5.22. A empresa PERFAS e a Câmara Municipal de Israelândia não se responsabilizarão por quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações não verídicas, endereço inexato ou incompleto fornecido pelo candidato.

5.23. O candidato somente será considerado inscrito neste Concurso após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital e ter sua inscrição deferida e divulgada no site www.perfas.com.br.

5.24. Caso o candidato faça a inscrição com o pagamento da respectiva taxa e a mesma não seja efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou de outros fatores de ordem técnica, alheios à CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA e a empresa PERFAS, que impossibilitem a transferência de dados, deverá o candidato comprovar que sua inscrição foi realizada e não efetivada, a fim de que seja assegurada a sua participação no concurso público, devendo, para tanto, entrar em contato com a empresa PERFAS, através do site www.perfas.com.br/contatos.asp, após a data de homologação das inscrições.

VI. DAS PROVAS ESCRITAS:

6.1. As provas serão aplicadas, em cada caso, conforme Demonstrativo de provas constante do item 6.2 e composição dos programas constantes do Anexo II deste Edital, que será destinado à elaboração e aplicação das provas escritas aos candidatos inscritos.

6.2. O caderno de provas conterá 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, contendo cada questão objetiva 05 (cinco) alternativas identificadas pelas letras: **A, B, C, D, E**, tudo em consonância com a composição dos programas constantes do Anexo II deste Edital, que será destinado à elaboração e aplicação das



provas escritas aos candidatos inscritos, contendo, cada qual, uma única alternativa correta, e serão aplicadas aos candidatos de acordo com o quadro abaixo - **Demonstrativo de provas, número de questões e valor de cada questão:**

CARGO	PROVAS	Nº QUESTÕES (PESO)	VALOR
Controle Interno	LINGUA PORTUGUESA	10 (1)	10
	MATEMÁTICA	10 (1)	10
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20 (2)	05
	TOTAL DE PONTOS..... 400		
Procurador	LINGUA PORTUGUESA	10 (1)	10
	CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO: - Direito Constitucional - Direito Administrativo - Direito Civil - Direito Processual Civil - Direito do Trabalho - Direito Processual do Trabalho - Direito Penal - Direito Tributário	10 (1)	10
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE DIREITO: - Direito Municipal - Direito Institucional	20 (2)	05
	TOTAL DE PONTOS..... 400		

6.3. As provas objetivas serão estatisticamente avaliadas da seguinte forma:

a) Para os candidatos aos cargos de **Controle Interno**, cada questão da prova de Língua Portuguesa e Matemática valerá 10 (dez) pontos e Conhecimentos Específicos valerá 05 (cinco) pontos, podendo o candidato alcançar de 0 a 100 pontos, totalizando 400 (quatrocentos) pontos nas 03 (três) provas.

b) Para os candidatos aos cargos de **Procurador**, cada questão da prova de Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais de Direito valerá 10 (dez) pontos e Conhecimentos Específicos de Direito valerá 05 (cinco) pontos, podendo o candidato alcançar de 0 a 100 pontos, totalizando 400 (quatrocentos) pontos nas 03 (três) provas.

6.4. Será considerado classificado o candidato que obtiver média ponderada igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos no conjunto das provas.

6.5. As provas serão elaboradas de acordo com o grau de complexidade do cargo e nível de escolaridade exigido neste Edital.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



6.6. As **provas objetivas** serão realizadas em um único dia, com duração de 03 horas, ou seja, dia **17/01/2015**, iniciando-se às 9:00 horas e encerrando-se às 12:00 horas.

6.7. O local da aplicação das provas objetivas será definido pela Comissão Especial do Concurso Público, após o término das inscrições, o qual será divulgado no *Placar* da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal e no site www.perfas.com.br, **previsto para o dia 30/12/2015**, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova, bem como o comparecimento no horário determinado.

6.7.1. As provas serão realizadas no Município de Israelândia, em locais definidos pela Comissão Especial do Concurso Público.

6.8. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência de 30 (trinta) minutos e munido do **Cartão de Identificação do Candidato**, documento de identidade e caneta esferográfica na cor azul ou preta, sendo que o portão será fechado impreterivelmente às 9:00 horas.

6.8.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham validade como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.8.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

6.8.3. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.8.4. Caso o candidato não apresente o documento de identificação original por motivo de furto, roubo ou perda, deverá apresentar um dos seguintes documentos: documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, emitido com prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data da realização das provas ou declaração de roubo ou perda, feita do próprio punho, com reconhecimento da assinatura registrado em cartório. No dia de realização da prova, o candidato poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio, fornecido pela empresa PERFAS.

6.9. O não comparecimento ou a obtenção de nota 00 (zero) pontos, em qualquer uma das provas, implicará na eliminação do candidato na classificação.

6.10. Confirmada a inscrição, o **Cartão de Identificação do Candidato** deverá ser impresso a partir do dia **30/12/2015** através do site: www.perfas.com.br, sendo facultado ao candidato colar uma foto 3X4.

6.11. Não será permitido o acesso ao local de provas sem os documentos mencionados no item 6.8, observada a ressalva do disposto no subitem 6.8.4.



6.12. O candidato receberá no horário previsto para início das provas, um caderno de provas, contendo as provas previstas neste Edital, possuindo em sua folha de rosto todas as instruções para a resposta às questões formuladas.

6.13. Ao terminar as respostas das questões contidas no Caderno de Provas, solicitará o CARTÃO DE RESPOSTAS (CARTÃO ÓPTICO), para o qual marcará, com caneta esferográfica de ponta grossa de tinta azul ou preta, as respostas anteriormente assinaladas, pois o equipamento eletrônico não lê assinalação feita com outro tipo de caneta.

6.13.1. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível.

6.13.2. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser computada como errada, prejudicando o desempenho do candidato.

6.14. Fica expressamente vedada, durante a realização das provas, qualquer comunicação entre os candidatos, uso de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta. O descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando tal ato como tentativa de fraude.

6.15. É proibida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados.

6.16. O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença.

6.17. As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura ótica, sendo garantido o sigilo do julgamento.

6.18. As respostas das provas objetivas serão transcritas pelo candidato para o CARTÃO RESPOSTA, que é o único documento válido para correção eletrônica. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA, exceto por culpa exclusiva da organização do Concurso Público.

6.19. Qualquer anotação feita de forma incorreta, com emenda ou rasura, mesmo que legível, e questões não assinaladas serão consideradas ERRADAS pelo equipamento de leitura ótica do cartão resposta.

6.20. Não é permitido o uso de qualquer tipo de corretivo no Cartão Resposta.

6.21. Caso for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, administrativa ou judicial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, em qualquer tempo e após lhe ser assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa, poderá ser eliminado do concurso público.

6.22. O candidato somente poderá apor sua assinatura no local indicado no Cartão Resposta.

6.23. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, de seu número de inscrição, do número de seu documento de identidade e do cargo escolhido, que constam no Cartão Resposta.



6.24. Não será permitido que a folha ou cartão-resposta seja assinalado por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do Concurso.

6.25. O candidato não poderá entregar a prova objetiva e sair do prédio antes de decorrido o tempo mínimo de 01 (uma) hora do início e somente **quando estiver faltando 30 (trinta) minutos para o término poderá levar consigo o caderno de provas**. O candidato que insistir em sair, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar termo de ocorrência, declarando sua desistência do Concurso Público, o que será lavrado pelo coordenador do local, passando à condição de excluído do certame.

6.26. O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções contidas na capa do caderno de provas, não havendo substituição do Cartão Resposta por erro do candidato. O Cartão Resposta preenchido a lápis não será corrigido, sendo-lhe aplicada pontuação zero ao candidato.

6.27. Após o término da prova objetiva o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao Fiscal de Sala o Cartão Resposta, sob pena de ser considerado eliminado.

6.28. No decorrer da prova se o candidato observar qualquer anormalidade, inclusive troca de prova ou erro gráfico relacionado à prova deverá manifestar-se junto ao Fiscal de Sala, o qual comunicará a coordenação do concurso para solução da questão ou registro da ocorrência na ata para posterior análise pela comissão fiscalizadora e banca examinadora do concurso.

6.29. Para a realização da Prova Objetiva não será permitido qualquer tipo de consulta em livros ou outros impressos.

6.30. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão Resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura eletrônica.

6.31. O Caderno de Provas contém todas as informações pertinentes ao Concurso Público, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive quanto à continuidade do Concurso Público e, ainda, forma, motivos e fundamentações necessárias para o correto envio de recursos em cada fase conforme previsto neste Edital.

6.32. Será ELIMINADO DO CONCURSO PÚBLICO, o candidato que:

- a) Ausentar-se do recinto da prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais e desde que na companhia do fiscal;
- b) Usar de incorreções ou descortesia para com os coordenadores ou fiscais de provas, auxiliares e autoridades presentes;
- c) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio que não os permitidos;
- d) Recusar-se a entregar o Cartão de Respostas (CARTÃO ÓPTICO) ao término do tempo destinado à sua realização.
- e) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Caderno de Provas, com exceção da previsão contida no item 6.25.



6.32.1. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

6.32.2. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo ou critérios de avaliação das provas.

6.33. Poderá ser excluído do Concurso Público o candidato que, em qualquer uma das provas, além das demais hipóteses previstas neste Edital:

- a) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- b) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 60 (sessenta) minutos da hora do início das provas;
- g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pela empresa PERFAS.
- h) ausentar-se da sala de provas levando o Cartão Resposta (CARTÃO ÓPTICO) ou outros materiais não permitidos;
- i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- k) não devolver integralmente o material recebido;
- l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação ou impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphones ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.34. O candidato ao ingressar no local de realização das provas, deverá manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração e silencioso.

6.34.1. Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar nenhum dos objetos indicados na alínea "m" do item 6.33 deste Edital.

6.34.2. Caso seja necessário o candidato portar algum dos objetos indicados na alínea "m", do item 6.33, estes deverão ser acondicionados, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pelo Fiscal de Sala exclusivamente para tal fim, devendo a embalagem permanecer lacrada embaixo da mesa/carteira durante toda a aplicação da prova.

6.34.3. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador, caso esteja ativado.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



6.35. Será excluído do Concurso, o candidato que estiver utilizando ou portando em seu bolso os objetos indicados na alínea "m", item 6.33 deste Edital, após o procedimento estabelecido no subitem 6.34.2 deste Edital.

6.36. Os eventuais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, óculos escuros, protetores auriculares, deverão ser colocados em local indicado pelo Fiscal, antes do início das provas e permanecer até o final da prova.

6.37. Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.

6.38. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

6.39. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

VII. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1. Os candidatos aos cargos de **Controle Interno e Procurador** serão classificados pela prova escrita, em ordem decrescente de pontos obtidos, com a prova de Conhecimentos Específicos configurando peso 02 (dois) para obtenção da média final classificatória, sendo que a nota da Prova de Conhecimentos Específicos será multiplicado por 2 e do resultado serão somados às demais provas objetivas, achando o resultado obtido, este será dividido por 4 onde se chegará a média final das Provas Objetivas.

7.2. Os candidatos serão selecionados, considerando o quantitativo de vagas existentes, podendo ocorrer candidatos excedentes ao número de vagas fixadas (Cadastro de Reserva), que poderão ser convocados dentro do prazo de validade do Concurso Público, em caso de existência de vagas e/ou ampliação do quantitativo de vagas dos respectivos cargos, dentro do limite estabelecido neste Edital.

7.3. Dentro do prazo de validade do concurso, a Mesa Diretora da Câmara Municipal poderá chamar os candidatos classificados acima do número de vagas oferecidas, até o limite de 01 (uma) vez o número de vagas oferecidas aos cargos de provimento inicial, à título de reserva técnica, desde que haja necessidade e tenha disponibilidade de vagas no quadro de pessoal ou que venham a ser criadas posteriormente, sendo considerados eliminados do concurso todos os demais candidatos que não se classificarem dentro deste limite e observado o disposto no item 7.2.

7.4. No caso de candidato nomeado que não venha tomar posse, nos termos do item 10.15 deste Edital, a Câmara Municipal poderá também chamar os candidatos classificados acima do número de vagas oferecidas, obedecendo-se a ordem de classificação, bem como o limite de vagas de que trata o subitem 7.3 e também o disposto no item 7.2.

7.5. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios:



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio ° 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



- a) Candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, terá preferência o mais idoso, nos termos do Art. 27, parágrafo único da Lei 10.741/03;
- b) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Maior nota na Prova de Português;
- d) Maior nota na Prova de Matemática;
- e) Possuir maior grau de escolaridade acima do mínimo exigido pelo cargo;
- f) persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

7.6. Estará automaticamente desclassificado o candidato que utilizar meios ilícitos e irregulares para inscrição e realização das provas.

VIII. DA PROVA DE TÍTULOS:

8.1. A prova de títulos é de caráter classificatório.

8.2. Somente participarão dessa prova os **candidatos ao cargo de Procurador (nível superior)**, que tenham sido aprovados na prova objetiva de múltipla escolha.

8.3. Terão seus títulos avaliados apenas os candidatos aprovados na 1ª Etapa e classificados conforme a quantidade de vagas totais mais o cadastro de reserva técnica.

8.4. A pontuação máxima para prova de títulos será de até 10 (dez) pontos, sendo desconsiderados os que excederem este limite, observando os seguintes critérios:

TÍTULOS/ESPECIFICAÇÃO	VALOR POR TÍTULO	QUANTIDADE MÁXIMA DE TÍTULOS
Diploma ou Certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação "lato sensu", em nível de especialização na área do cargo pretendido, com carga horária mínima de 360 horas, acompanhado do Histórico Escolar contendo as disciplinas cursadas e respectiva carga horária.	2,0	01
Diploma ou Certificado devidamente registrado de conclusão de curso de Pós-Graduação 'stricto sensu', em nível de Mestrado, acompanhado do Histórico Escolar.	3,0	01
Diploma ou Certificado devidamente registrado de conclusão de curso de Pós-Graduação 'stricto sensu', em nível de Doutorado, acompanhado do Histórico Escolar.	5,0	01

8.5. Os títulos referentes a cursos deverão ser apresentados em fotocópia autenticada do certificado ou certidão correspondente, devidamente concluído, reconhecido pela entidade responsável, não sendo aceito protocolo de pedidos de expedição dos documentos.

8.6. Serão considerados como Títulos os cursos de pós-graduação em nível de especialização, com duração mínima de 360 horas e títulos de mestrado ou doutorado



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



expedidos por instituição de ensino devidamente reconhecida, concluídos até a data de publicação deste Edital.

8.7. O curso de exigência para provimento no cargo não será poderá ser utilizado na prova de título.

8.8. Os documentos relacionados a cursos realizados no exterior, somente serão aceitos quando vertidos para língua portuguesa por tradutor juramentado e devidamente revalidada por Universidades oficiais credenciadas pelo Ministério da Educação – MEC.

8.9. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração, sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

8.10. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.

8.11. Comprovado em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do concurso, bem como não serão pontuados os títulos que excederem ao máximo em quantidade e pontos.

8.12. Os títulos deverão ser protocolados na sala da Comissão Especial do Concurso Público, **iniciando-se em 03/02/2015 e terminando em 05/02/2015**, em horário de expediente, situada na sede da Câmara Municipal de Israelândia, Estado de Goiás, na Rua Melquiades Antônio Cláudio nº 12 Setor Central - CEP: 76.205-000, pessoalmente ou por sedex, com indicação na parte da frente do envelope – **PROVA DE TÍTULOS - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 – CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA; NOME COMPLETO DO CANDIDATO, NOME DO CARGO AO QUAL CONCORRE** e dentro do envelope deverá conter os títulos apresentados, em original ou por cópia autenticada em cartório, uma cópia de sua ficha de inscrição, endereço completo, inclusive e-mail, para conferência e avaliação que será feita pela CECP com suporte técnico da empresa organizadora do concurso público.

8.13. Somente serão aceitos e avaliados os títulos entregues no prazo estabelecido, sendo vedada, após entrega dos certificados, qualquer substituição, inclusão ou complementação. Os títulos protocolados após os dias estipulados serão desconsiderados.

8.14. Por ocasião do período de recursos, somente poderão ser entregues documentos que sirvam para esclarecer ou complementar dados dos títulos já entregues.

8.15. Os documentos entregues como Títulos não serão devolvidos aos candidatos.

8.16. Será computada apenas a quantidade máxima de títulos previstos no item 8.4 mesmo que o candidato possua múltipla pontuação, sendo aproveitado sempre o de maior valor.

8.17. Os Títulos deverão ser devidamente reconhecidos por Instituições credenciadas pelo MEC.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio º 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



8.18. Quaisquer títulos que não preencherem devidamente as exigências de comprovação, ou que não seja compatível com o cargo do candidato contida neste Edital, não serão considerados.

8.19. A soma da nota obtida na prova objetiva e dos pontos dos títulos apresentados e aceitos terá a pontuação máxima a 100 (cem) pontos, o restante será desprezado.

IX. DOS RECURSOS:

9.1. Caberá interposição de recurso, em instância única, fundamentando as razões pelas quais o candidato discorda, perante a Comissão Especial do Concurso Público, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do ato que originou o recurso, dos seguintes atos:

- a) da data de publicação do edital;
- b) da data de realização das provas objetivas;
- c) da data de aplicação das provas práticas, se houver;
- d) da data de publicação do gabarito;
- e) da data de divulgação de somatório dos títulos, se houver;
- f) da data de publicação do resultado de cada fase ou do resultado final do concurso ou do cargo, conforme o caso;

9.2. Admitir-se-á um único recurso para cada item acima por candidato, não sendo aceitos recursos coletivos.

9.3. Na hipótese de anulação de questão, por força de provimento de algum recurso, os pontos relativos a essa questão serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente da formulação de recurso.

9.4. Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes do resultado dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das impugnações.

9.5. Em caso de deferimento do recurso será feita a retificação do ato que deu motivo ao acolhimento do mesmo.

9.6. O recurso deverá ser interposto em formulário próprio, conforme modelo contido no Anexo III deste Edital e disponível no site www.perfas.com.br, com a observância do seguinte:

- a) dentro do prazo estipulado no item 9.1;
- b) o formulário de recurso deverá ser preenchido, pelo candidato, conforme modelo contido no Anexo III deste Edital e disponível do site www.perfas.com.br e encaminhado à Comissão Especial do Concurso Público, através do email contato@perfas.com.br.
- c) o e-mail de envio do formulário deverá ser o mesmo que o candidato informar na **Ficha de Inscrição**, sob pena de rejeição do recurso.
- d) indicação do motivo, da questão, do item ou da nota atribuída que se quer contestar;



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



e) constando a justificativa do pedido, em que se apresente a sua razão, sendo liminarmente indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas;

f) Devem ser fundamentadas as razões pela qual o recorrente discorda do conteúdo da questão nas provas objetivas;

9.7. Não serão considerados os recursos interpostos quando:

a) em desacordo com este Edital;

b) fora do prazo estabelecido;

c) não for enviado pelo e-mail cadastrado na **Ficha de Inscrição.**

9.8. O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

9.9. A Comissão Especial do Concurso Público constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.10. A Comissão Especial do Concurso Público encaminhará conclusão fundamentada sobre o recurso, para o e-mail do candidato cadastrado na **Ficha de Inscrição.**

9.11. A Comissão Especial do Concurso Público não se responsabiliza por e-mail não informado ou informado com dados errôneos pelo candidato bem como os sistemas de segurança dos provedores e empresas gerenciadoras de e-mail.

9.12. A Comissão Especial do Concurso Público encaminhará a conclusão fundamentada sobre o recurso, para o endereço eletrônico do candidato, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após sua interposição.

X. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

10.1. Não serão corrigidas provas de candidatos que tenham sofrido qualquer impugnação por parte da Comissão Especial do Concurso Público, após o devido processo legal, em que será assegurado ao candidato o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos na sala, sendo liberados somente após a entrega do Cartão Resposta dos mesmos e terem seus nomes registrados em ata e nela aposicionadas suas respectivas assinaturas.

10.2.1. O candidato que insistir em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 02 (dois) outros candidatos, pelo(s) fiscal(is) da sala e pelo coordenador da unidade.

10.3. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas após decorrido, no mínimo, uma hora do início das provas escritas;

10.4. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, haverá segunda chamada para a realização da prova, sendo os portões fechados após o início das provas escritas de múltipla escolha importando a ausência ou retardamento do candidato em sua exclusão do Concurso Público, seja qual for o motivo alegado.

10.5. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



divulgados através do site www.perfas.com.br e também afixados no quadro de avisos da Câmara Municipal de Israelândia, devendo ainda manter atualizado seu endereço, devendo, pois, quando do preenchimento da inscrição, fornecer o endereço completo na ficha de inscrição, telefones e e-mail para contato.

10.5.1. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e nem de resultados, gabaritos, notas, classificação, convocações ou outras quaisquer relacionadas aos resultados provisórios ou finais das provas e do Concurso. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma definida neste Edital.

10.6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento do teor do presente Edital, das instruções específicas do presente concurso público e no seu compromisso expresso de aceitar estas condições tais como aqui se acham estabelecidas.

10.7. O resultado final será divulgado após decorridos os prazos para interposição de recursos. Será o resultado homologado pelo Presidente da Câmara Municipal através de ato específico, que será publicado no *Placar* da Câmara Municipal e site www.perfas.com.br e no Diário Oficial do Estado de Goiás e conterà os nomes dos candidatos classificados, obedecendo à estrita ordem de classificação, não assegurando ao candidato aprovado o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Israelândia, ficando a concretização da nomeação condicionada às observâncias das disposições legais pertinentes.

10.8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Aditivo ao Edital ou aviso publicado.

10.9. A qualquer tempo e no seu exclusivo interesse, poderá a Câmara Municipal, modificar ou anular, no todo ou em parte, este Concurso, sem que com isto caiba a qualquer participante direito a qualquer ação ou reclamação judicial ou extrajudicial.

10.10. O Presidente da Câmara Municipal se reserva no direito de adjudicar no todo ou em parte o presente Concurso Público.

10.11. Não será permitida a entrada, no local de realização das provas, de pessoas não autorizadas pela Comissão Especial do Concurso Público.

10.12. Serão publicados tão somente os resultados referentes aos candidatos aprovados em cada fase do Concurso Público.

10.13. O candidato aprovado no concurso, quando convocado para manifestar-se acerca de sua nomeação, poderá dela desistir definitiva ou temporariamente, mediante preenchimento do formulário "Termo de Desistência Temporária" ou "Termo de Desistência Definitiva", conforme modelo fornecido pela Câmara Municipal, endereçado ao Presidente da Mesa Diretora até o último dia útil anterior à data da posse.

10.14. Em caso de desistência temporária, o candidato renunciará à sua classificação e passa a posicionar-se em último lugar na lista dos aprovados, aguardando nova convocação, que poderá ou não se efetivar no período de vigência do concurso público, sendo que a ordem da lista de renúncia observará a ordem de classificação no concurso público.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



10.15. A posse no cargo fica condicionada à aprovação em inspeção médica a ser realizada pela Junta Médica do Município, de caráter eliminatório e ao atendimento das condições constitucionais e legais. Para a posse, serão exigidos todos os documentos declarados pelo candidato no ato da inscrição, especialmente os seguintes:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF;
- c) Comprovante de endereço;
- d) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;
- e) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- f) Duas fotografias iguais, tamanhos 3x4 recentes, coloridas;
- g) Título de eleitor com comprovante de quitação eleitoral;
- h) Certificado de Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);
- i) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;
- j) Declaração de que não infringe o art. 37, XVI da CF (Acumulação de Cargos e Funções), e ainda quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37, §10, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98;
- k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse da Câmara Municipal;
- l) Declaração de possuir disponibilidade para desempenhar atividades em jornadas de trabalho fora do expediente normal, em dias considerados feriados e folgas, para conclusão de trabalhos inadiáveis;
- m) Declaração de bens e valores;
- n) Certidão de antecedentes criminais;
- o) Demais documentos, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato;
- p) Atestado Médico (Atestado de Saúde Ocupacional), para todos os candidatos (físico), que será avaliado pela Junta Médica Oficial do Município de Israelândia – GO, que será expedido mediante apresentação dos exames, abaixo relacionados, com laudo:
 - Eletrocardiograma com laudo;
 - Hemograma completo com contagem de plaquetas;
 - Coagulograma;
 - Glicemia em jejum;
 - Bilirrubina Total e frações;
 - Lipidograma total (Colesterol Fracionado e Triglicérides);
 - Transaminase oxalacética e pirúvica;
 - Sorologia para lues (VDRL);
 - Sorologia para Chagas;
 - Grupo Sanguíneo e fator RH;
 - Urina rotina (EAS);
 - Ureia e Creatinina;
 - Parasitológico de fezes;



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



- IFP com laudo;
 - P.S.A. - Somente para homens (com idade acima de 45 anos);
 - Raio X de tórax em PA - com laudo;
 - Parecer oftalmológico com acuidade visual;
 - Parecer otorrinolaringológico com audiometria; e
 - Parecer cardiológico (idade acima de 45 anos).
- q) Atestado Médico (Atestado de Saúde Mental), para todos os candidatos (mental), que será avaliado pela Junta Médica Oficial do Município de Israelândia – GO.
- r) Se deficiente físico, apresentar laudo médico da deficiência de que é portador.
- 10.16.** Após a publicação do ato de nomeação, o candidato que não se apresentar dentro dos prazos legais para a posse e o início do exercício no cargo, será excluído definitivamente do concurso público.
- 10.17.** O presente Edital obedece às normas contidas nas disposições contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Israelândia (Lei nº 510, de 01 de agosto de 1990); Lei Complementar nº 1029, de 11 de junho de 2014; Lei Complementar nº 1035, de 29 de outubro de 2014; Lei Orgânica Municipal; Art. 37 da Constituição Federal e Portaria nº 02/14, de 01 de dezembro de 2014 (Regulamentação do Concurso Público) e demais Leis Municipais relativas ao Quadro de Pessoal Permanente.
- 10.18.** Os casos omissos serão resolvidos pela empresa ou entidade contratada, ouvido, quando necessário, a Comissão Especial do Concurso Público, e, em último caso, o Presidente da Câmara Municipal.
- 10.19.** Outras informações referentes ao concurso serão fornecidas pela Comissão Especial do Concurso Público e pela empresa PERFAS – Planejamento e Assessoria Municipal Ltda, através de e-mail: contato@perfas.com.br.
- 10.20.** Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativos a este concurso, que vierem a ser publicados no placar da Câmara Municipal e do site www.perfas.com.br.

Israelândia, 15 de setembro de 2015.

GILDÁZIO PEREIRA LIMA
Presidente



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio ° 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015
ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS CARGOS

CARGO	VAGAS	RESERVA TÉCNICA	PROVAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
CONTROLE INTERNO	01	01	Português Matemática Conhecimentos Específicos	40 horas semanais	R\$ 724,00

Descrição Sumária: Compreende o cargo que se destina a tratar do acervo documental relacionado à memória legal da Câmara Municipal, promovendo condições adequadas de guarda, acesso e pesquisa de seu conteúdo.

Atividades Típicas: Estudar as peças que devem ser arquivadas, analisando o conteúdo e valor das mesmas, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-las; classificar as peças, agrupando-as e identificando-as por matéria, por ordem alfabética, cronológica ou outro sistema, para facilitar sua localização e consulta; arquivar as peças de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-as em armários, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios; entregar as peças que lhe são solicitadas, anotando destino, nome dos solicitantes e outros dados, ou mediante recibos, para possibilitar sua utilização por particulares, unidades administrativas ou instituições; controlar a localização das peças emprestadas, verificando o tempo permitido de empréstimo e tomando outras providências oportunas, para evitar o extravio das mesmas; manter atualizados os arquivos da Câmara Municipal, complementando-os e aperfeiçoando o sistema de classificação, consulta e empréstimo, para torná-los instrumentos de apoio; propor a adoção de tecnologias de recuperação e armazenamento de informações adequados à Câmara Municipal; desenvolver e implantar metodologias de acesso e pesquisa aos documentos arquivados; definir critérios e proceder ao descarte de documentos de arquivos; classificar documentos por grau de sigilo; identificar a produção e o fluxo documental; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e reuniões com unidades da Câmara e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revendo e discutindo trabalhos técnicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos à Câmara Municipal; executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Requisitos: Ensino Médio Completo.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



CARGO	VAGAS	RESERVA TÉCNICA	PROVAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
PROCURADOR	01	01	Português Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos	20 horas semanais	R\$ 1.500,00

Descrição Sumária: Compreende os cargos técnicos de nível que se destinam a executar atividades relacionadas a prestarem consultoria e assessoramento jurídico à Câmara Municipal.

Atividades Típicas: Prestar, quando solicitado, assessoramento jurídico à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores, emitindo pareceres sobre assuntos em tramitação no Plenário, através de pesquisas de legislação, jurisprudências, doutrinas e instruções regulamentares; estudar e redigir minutas de atos internos ou externos, bem como documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais; elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Judiciário em mandados de segurança requeridos contra a Câmara, na pessoa de seu Presidente, ou contra as demais autoridades integrantes de sua estrutura administrativa; interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder a consultas dos interessados bem como manifestar-se sobre questões de interessa da Câmara e das Comissões Especiais que apresentem aspectos jurídicos específicos, orientando a elaboração de relatórios conclusivos; assistir à Câmara na negociação de contratos, convênios e acordos com outras entidades públicas ou privadas; estudar os processos de aquisição, transferências ou alienação de bens, em que for interessada a Câmara, examinando toda a documentação concernente à transação; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizado-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos e sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e reuniões com unidades da Câmara e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revendo e discutindo trabalhos técnicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalhos afetos à Câmara Municipal; patrocinar a defesa da Câmara Municipal de Israelândia nas ações judiciais em que a Câmara Municipal tenha personalidade judiciária, seja ativa ou passiva; executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Requisitos: Ensino Superior Completo em Direito e habilitação para o exercício da advocacia com inscrição na OAB/GO.



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015
ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nível Médio Completo - Controle Interno

📖 PORTUGUÊS → Compreensão e interpretação de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Coesão e coerência. Ortografia. Fonética e fonologia. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Homônimos e Parônimos. Significação de palavras. Substantivos. Artigos. Adjetivos. Numerais. Colocação Pronominal. Verbos. Pronomes. Advérbios. Preposições. Interjeições. Concordância Nominal e verbal. Regência Verbo-nominal. Termos da Oração. Orações coordenadas e orações subordinadas. Emprego do sinal indicativo de crase. Funções da Linguagem. Antologia literária Brasileira.

📖 MATEMÁTICA → Resolução de situações-problema envolvendo: Operações com números reais, adição, subtração, divisão, multiplicação e radiciação. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Potências e raízes. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juros simples. Equação do 1º e 2º grau. Sistema de equações do 1º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Sistema métrico decimal: medidas de comprimento, de superfície, de capacidade, de volume e de tempo. Progressões: aritmética e geométrica. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem; permutações simples; arranjos simples e combinações simples. Raciocínio lógico. Geometria plana e espacial. Princípios de contagem e Probabilidade. Diagramas lógicos e Lógica de argumentação.

📖 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE CONTROLE INTERNO → Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Israelândia (Lei nº 510, de 01 de agosto de 1990); Recursos Humanos: concurso público, criação transformação ou extinção de cargos públicos, admissão de pessoal, provimento de cargos públicos, carga horária, estágio probatório, avaliação de desempenho, treinamento de pessoal, despesas com pessoal, direitos e deveres dos servidores públicos, processo administrativo disciplinar; Balanço Geral. Orçamento programa. Diretrizes orçamentárias. Leis, decretos e atos administrativos. Análise contábil e análise financeira. Conciliação bancária. Lei nº 4.320/64 (Títulos I ao VII). Despesa Pública, conceito, classificação (despesa orçamentária e despesa extraorçamentária), Classificação econômica, Licitação (objetivo básico e modalidade de licitação), Das dispensas e inexigibilidades de licitação, Empenho (ordinário ou normal, por estimativa, global e contábil do empenho), Liquidação, Pagamento. Certidões. Lei de licitações e contratos. Lei nº 8666/93, Lei nº 8883/94 e alterações. Noção acerca da Legislação orçamentária contida na Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos específicos acerca de classificação de receita e despesa, nota de empenho, ordem de pagamento, suplementação, excesso de arrecadação. Impostos Municipais. Receitas Municipais. Divulgação dos montantes recebidos. Repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal (Duodécimo). Controle Interno e Externo; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): abrangência e princípios, Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, limites e condições sobre



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



despesas, restos a pagar, dívida e endividamento. Legislação Previdenciária (Regime Geral da Previdência) e Legislação Previdenciária do Servidor Público Municipal de Israelândia e alterações posteriores; Atas; Ofícios; Memorandos; Cartas; Certidões; Atestados; Declarações; Procuração; Recebimento e remessa de correspondência oficial; Hierarquia; Impostos e Taxas; Requerimento; Circulares; Siglas dos Estados da Federação; Formas de tratamento em correspondências oficiais; Tipos de correspondência; Atendimento ao Público; Portarias; Editais; Noções de protocolo e arquivo; Índice onomástico; Assiduidade; Disciplina na execução dos trabalhos; Relações humanas no trabalho; Formas de tratamento; Decretos; Organograma; Fluxograma; Poderes Legislativo e Executivo Municipal; Leis Ordinárias e Complementares; Constituição Federal (Seções I e II do Capítulo II, Título VI); Lei Orgânica do Município de Israelândia e Regimento Interno da Câmara Municipal de Israelândia; Noções de funcionamento de tramitação de leis, resoluções, decretos, portarias, atos administrativos da Câmara Municipal e Executivo; Noções de hierarquia de leis federais estaduais e municipais.

Nível Superior - Procurador

📖 PORTUGUÊS → Compreensão e interpretação de texto. Vocabulário. Fonemas e Letras: classificação dos fonemas. Encontros vocálicos: ditongo, hiato, tritongo. Encontro consonantal e dígrafo. Divisão silábica. Sílabas tônicas. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Ortografia. Estrutura e formação das palavras. Classe de palavras: substantivo: flexões e grau; adjetivo: flexões e grau; verbos regulares e irregulares: conjugações, modos e tempos verbais; pronomes: pessoal reto e oblíquo, demonstrativo, possessivo e relativo; artigo; numeral: ordinal, cardinal, multiplicativo e fracionário; preposição; conjunção; interjeição e onomatopéia. Frase, oração, período. Sintaxe do período simples e composto. Pontuação. Uso dos porquês. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, polissemia, denotação e conotação. Neologismo e estrangeirismo. Ortoépia e Prosódia. Reescrita de frases. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Orações coordenadas e Orações Subordinadas. Colocação pronominal. Compreensão e interpretação de texto. Tipologia e gêneros textuais. Alguns elementos constitutivos do texto: discurso direto, indireto, indireto livre, pressuposto, subentendido e ambiguidade. Figuras de Linguagem. Funções da Linguagem (Fática, Conativa, Poética, Referencial, Emotiva, Metalinguística). Intertextualidade. Coesão e coerência. Correspondência oficial.

📖 CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO → I - DIREITO CONSTITUCIONAL: Conceito e objeto do Direito Constitucional. Constituição. Conceito, origens, elementos, conteúdo e classificação. Classificação, interpretação e aplicação das normas constitucionais. Poder constituinte. Emenda à constituição. Hierarquia das normas jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Controle de constitucionalidade das leis. Estado e de Nação. Conceitos. Elementos constitutivos do Estado. Formas de Estado. Formas de Governo. Regimes de governo. Constituição de 1988. Princípios constitucionais gerais e do Estado Brasileiro. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Tutela constitucional das liberdades. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança. Mandado de



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



injunção. Ação Popular. Organização do Estado. Federação. Divisão de poderes. Repartição de competências. Competências da União. Competências dos Estados. Competências do Distrito Federal. Competências dos Municípios. Princípios gerais da Administração Pública. Poder Legislativo. Estrutura e funções. Processo legislativo. Garantias dos parlamentares. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União. Poder Executivo. Estrutura e funções. Poder Judiciário. Estrutura e funções. Garantias da magistratura. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais. Juízes federais. Tribunal Superior do Trabalho. Tribunais Regionais do Trabalho. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Advocacia-Geral da União. Advocacia e Defensoria Pública. Finanças públicas. Normas gerais. Orçamento público. Ordem econômica e financeira. Ordem social: Da Seguridade Social. **II - DIREITO ADMINISTRATIVO:** Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. Organização administrativa. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais. Atos administrativos. Conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação, invalidação e convalidação. Licitação. Conceito, finalidades, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação. Modalidades. Procedimento, revogação e anulação. Sanções penais. Normas gerais de licitação. Contratos administrativos. Conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização. Execução, inexecução, revisão e rescisão. Conceito e espécies de agentes públicos. Serviços públicos. Conceito e classificação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competência para prestação do serviço. Serviços delegados a particulares. Concessões, permissões e autorizações. Convênios e consórcios administrativos. Domínio público. Conceito e classificação dos bens públicos. Administração, utilização e alienação dos bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade civil da administração. Evolução doutrinária. Responsabilidade civil da administração no direito brasileiro. Ação de indenização. Ação regressiva. Controle da administração pública. Conceito, tipos e formas de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle pelos tribunais de contas. Controle jurisdicional. **III - DIREITO CIVIL:** Pessoa natural: Conceito. Capacidade jurídica. Incapacidade absoluta. Incapacidade relativa. Cessação da incapacidade. Começo da personalidade natural. Individualização da pessoa natural. Extinção da personalidade natural. Pessoa Jurídica: Conceito. Classificação. Começo e fim da pessoa jurídica. Capacidade. Responsabilidade Civil. Despersonalização. Domicílio Civil. Bens: Conceito. Características. Classificação. Ato Jurídico em Sentido Estrito: Conceito. Classificação. Negócio Jurídico: Conceito. Classificação. Elementos essenciais gerais. Forma e prova do ato negocial. Defeitos do negócio jurídico (erro, dolo, coação, simulação e fraude contra credores). Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico, elementos acidentais (condição, termo, modo ou encargo). Direitos Reais sobre Coisas Alheias: Conceito. Espécies. Direitos Reais limitados de gozo (enfiteuse, servidão predial, uso fruto, uso, habitação e renda constituída sobre imóvel). Direitos Reais de garantia (penhor, anticrese, hipoteca, alienação fiduciária em garantia). Direito Real de Aquisição (compromisso irretratável de venda). Contratos: Conceito. Formação. Classificação. Efeitos particulares dos contratos (direito de retenção, vícios redibitórios, evicção e arras), compra e venda, doação, locação de coisa móvel e imóvel, depósito e mandato. **IV - DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Jurisdição: contenciosa e voluntária. Órgãos da jurisdição. Competência:



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



espécies, perpetuação e modificações. Competência internacional. Incompetência. Conflito de Competência. Ação. Conceito, natureza jurídica, elementos e classificação. Condições da ação. Cumulação de ações. Processo. Conceito, natureza jurídica e princípios fundamentais. Pressupostos processuais. Procedimento ordinário e procedimento sumário. Partes. Capacidade e legitimidade. Substituição processual. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. Ação regressiva. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Requisitos. Inépcia da petição inicial. Pedido. Cumulação e Espécies de pedido. Atos processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação. Despesas processuais e honorários advocatícios. Resposta do réu: exceção, contestação e reconvenção. Revelia. Efeitos da revelia. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Prova. Princípios gerais. Ônus da prova. Sentença. Coisa julgada formal e material. Preclusão. Relativização da coisa julgada. Duplo Grau de Jurisdição. Recursos. Pressupostos. Apelação, agravo, embargos de declaração, embargos infringentes, recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência. Ação rescisória. Liquidação de sentença. Execução. Regras gerais. Partes. Competência. Título executivo judicial e extrajudicial. Execução por quantia certa contra devedor solvente e contra devedor insolvente. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução contra a fazenda pública. Embargos do devedor. Ação popular e ação civil pública. Ação de improbidade administrativa. Mandado de segurança. Ação declaratória. Declaratória incidental. Ação de consignação em pagamento. Ação monitória. Embargos de terceiros. Tutela antecipada e tutela específica. Medidas cautelares. **V - DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:** definição, fontes. Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificação. Sujeitos do contrato de trabalho. Salário e remuneração. 13º salário. Salário do menor e do aprendiz. Equiparação salarial. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato individual de trabalho. Justa causa de despedida do empregado. Rescisão do contrato de trabalho. Culpa recíproca. Despedida indireta e dispensa arbitrária. Rescisão do contrato de trabalho. Aviso prévio. Indenizações em decorrência de dispensa do empregado. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Estabilidade. Inquérito para apuração de falta grave. Estabilidade especial. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Adicional de horas extras. Repouso semanal remunerado. Férias: direito do empregado, época de concessão e remuneração. Segurança e higiene do trabalho. Periculosidade e insalubridade. Trabalho da mulher. Estabilidade da gestante. Trabalho noturno e trabalho proibido. Trabalho do menor. Profissões regulamentadas. Organização sindical. Natureza jurídica, criação, administração e dissolução de Sindicatos. Convenções e acordos coletivos de trabalho. Medição e arbitragem. Representação dos trabalhadores nas empresas. Direito de greve. Serviços essenciais. Prescrição e decadência. Justiça do trabalho. Organização. Competência. Competência: justiça do trabalho e justiça federal. Princípios gerais que informam o processo trabalhista. Dissídios individuais. Execução do processo trabalhista. Embargos à execução no processo trabalhista. **VI - DIREITO PENAL:** Crimes contra a administração pública. **VII - DIREITO TRIBUTÁRIO:** Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa. Limitações da competência tributária. Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Incidência, não incidência, imunidade, isenção e deferimento. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



gerador. Efeitos, validade ou invalidade dos atos jurídicos; consequências. Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento. Modalidades de lançamento. Garantias e privilégios do crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez, consectários. Certidões negativas. Tributos em espécie: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições sociais. Evasão e elisão tributárias. Noções dos processos administrativo e judicial tributários. Noções de crimes contra a ordem tributária.

📖 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE PROCURADOR → I. DIREITO MUNICIPAL: 1. As Leis Orgânicas Municipais - A Lei Orgânica do Município de Israelândia; 2. A autonomia municipal e as competências constitucionais do Município; 3. Intervenção nos municípios; 4. Estrutura política municipal: O Poder Legislativo municipal - O Poder Executivo municipal; 5. Criação, desmembramento, anexação, incorporação e fusão de municípios; 6. A fiscalização do Município: O controle interno - O controle externo - O controle popular; 7. Finanças municipais: A atividade financeira do Município. Fiscalidade e extra fiscalidade - Receita Pública. Modalidades. Receitas correntes e receitas de capital. Fases da receita pública - Impostos e taxas municipais. Contribuição de melhoria. Contribuições para fiscais. Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - Empréstimos. Limite de endividamento. Garantias. Formalidades. Dívida pública. Títulos públicos - Despesa pública. Técnica de realização. Fases da despesa pública - A Lei de responsabilidade fiscal; 8. O Poder de Polícia Municipal; 9. Orçamento municipal. Elaboração. Tipos. Princípios. Natureza. Matéria orçamentária. Execução. Créditos adicionais; 10. O plano plurianual. A lei de diretrizes orçamentárias. A lei do orçamento anual; 11. A participação popular no Município: A participação popular como forma de exercício de cidadania - A democracia participativa - As formas de democracia participativa previstas na Lei Orgânica Municipal de Israelândia - Os conselhos populares. Os conselhos municipais. As audiências públicas - O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular; 12. Política Urbana: Os planos diretores e a função social da propriedade urbana na Constituição de 1988 - O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01); 13. O uso do Solo Urbano: A utilização compulsória do solo urbano - Do parcelamento, da edificação e da utilização compulsória no Estatuto da cidade - O IPTU progressivo no tempo; 14. Os Planos Diretores como instrumento da Política urbana; 15. Competência municipal em matéria ambiental; 16. Administração Pública Municipal: Estrutura e organização - Administração pública direta e indireta; 17. Agentes públicos municipais: Artigos 8º, 37, 38, 39, 40 e 41 da Constituição Federal - Espécies de regimes: regime de direito público e contratual - Acessibilidade aos cargos, empregos e funções - Retribuição pecuniária dos servidores municipais: remuneração e subsídio - Concurso Público. Estágio probatório. Estabilidade - Acumulação de cargos, empregos e funções - Responsabilidade civil, administrativa e penal do servidor municipal. Penalidades. Procedimentos Administrativos Disciplinares - Disponibilidade -



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



Formas de provimento e de vacância dos cargos públicos; 18. Regime Previdenciário. **II. DIREITO INSTITUCIONAL:** 1. Lei Orgânica do Município de Israelândia: Da Organização, Competência e Atribuições do Poder Legislativo; 2. Do Processo Legislativo: O Processo Legislativo na Constituição de 1988 - O Processo Legislativo na Lei Orgânica Municipal de Israelândia - O nascedouro da lei - Emendas à Constituição - Leis Complementares - Leis Ordinárias - Leis delegadas - Medidas Provisórias - Decretos Legislativos - Resoluções - Iniciativa: espécies - O exercício da iniciativa - A emenda - A deliberação - A sanção - Sanção e vício de iniciativa: a jurisprudência do STF - O veto: modalidades, efeitos e apreciação - Processo Legislativo no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Israelândia; 3. Julgamento das Contas Municipais: A obrigação de prestar contas - Competência do Poder Legislativo Municipal - Competência do Tribunal de Contas - Inscrições em dívida ativa; Regimento Interno da Câmara Municipal de Israelândia: Das Funções da Câmara Municipal - Da instalação da Legislatura - Dos órgãos da Câmara Municipal - A Mesa Diretora - As Comissões: atribuições; comissões, permanentes, temporárias e especiais - A Comissão Parlamentar de Inquérito: atribuições, prerrogativas e limites - A comissão Processante - Comissão Representativa - Plenário - Das Sessões Plenárias - Da participação popular - Da Convocação extraordinária - Dos Vereadores: direitos e deveres, licenças, extinção e perda de mandato, da remuneração. Ética no setor público. Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Israelândia (Lei nº 510, de 01 de agosto de 1990).



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015
ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECURSO**

Ilmo(a). Sr(a).

**DD. Presidente da Comissão Especial do Concurso Público
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA – GO.**

NOME CANDIDATO: _____
Nº INSCRIÇÃO _____ CARGO: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> CONTRA EDITAL | <input type="checkbox"/> CONTRA GABARITO DA PROVA OBJETIVA |
| <input type="checkbox"/> CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO | <input type="checkbox"/> CONTRA RESULTADO PROVA TÍTULOS |
| <input type="checkbox"/> CONTRA TESTE APTIDÃO FÍSICA | <input type="checkbox"/> CONTRA RESULTADO PROVA PRÁTICA |

Justificativa do candidato – Razões do Recurso:

_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

Obs: Reproduzir a quantidade necessária - Preencher em letra de forma ou à máquina; entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: _____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato

Data do protocolo: _____ de _____ de 2015 - Horário: _____ hs ____ min

Assinatura do Responsável pelo recebimento



ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio ° 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015
ANEXO IV
REQUERIMENTO PORTADOR DEFICIÊNCIA**

NOME DO CANDIDATO: _____
CARGO: _____ Nº INSCRIÇÃO: _____

PREENCHIMENTO EM LETRA DE FORMA

Vem **REQUERER** vaga especial como **PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**, segue em anexo o **LAUDO MÉDICO** com **CID** (colocar os dados abaixo com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____
Nome do Médico Responsável pelo Laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Dados especiais para a aplicação das PROVAS: (marcar com um "X" no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessária).

() **NÃO NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL.

() **NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL (discriminar qual o tipo de prova e/ou tratamento especial necessário).

Necessidades de Condições Especiais para o Dia de Prova:

- | | |
|--|---|
| () Acesso facilitado | () Sala para Amamentação |
| () Auxílio para preenchimento da grade de respostas | () Sala próxima ao banheiro |
| () Caderno de Prova ampliado (ampliação padrão A3) | () Sala térrea ou acesso com uso de elevador |
| () Caderno de Prova ampliado (Fonte 24 ou 28) | () Sistema de Leitura de Texto (JAWS) |
| () Guia intérprete | () Uso de cadeira acolchoada ou uso de almofada |
| () Intérprete de Libras | () Uso de computador - prova eletrônica: possibilidade de ampliação da fonte ou uso da lupa eletrônica para a leitura do caderno de prova. |
| () Ledor | () Uso de prótese auditiva |
| () Leitura labial | |
| () Mesa para Cadeirante/Adaptada | |
| () Sala climatizada | |

DISCRIMINAR QUAL OUTRO TIPO DE PROVA OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

ATENÇÃO: É obrigatória a apresentação de laudo médico com CID, junto a esse requerimento.

(Datar e assinar)

Assinatura



ESTADO DE GOLÁS
CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio ° 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015

ANEXO V

CRONOGRAMA PREVISTO PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

DATAS	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
15/09/2015	Publicação do Extrato do Edital de abertura no Diário Oficial do Estado, Jornal de grande circulação, placar de Câmara Municipal e no site da Câmara Municipal.
21/09/2015	Cadastro do Edital no site do TCM/GO (inciso IV, art. 20 da Instrução Normativa TCM/GO nº 015/2012).
23/09/2015	Protocolo do Edital, regulamento, leis municipais e demais documentos do Concurso Público no TCM/GO (Parágrafo único do art. 20 da Instrução Normativa nº 015/2012 – TCM/GO).
02/11/2015 a 22/11/2015	Período para inscrições
22/11/2015	Último dia para impressão do Boleto para pagamento da taxa de inscrição.
24/11/2015	Término do prazo para pagamento da taxa de inscrição.
24/11/2015	Término do prazo para o candidato que se inscrever nas vagas destinadas aos portadores de deficiência física, que necessitar de condição especial para realização da prova requerer tratamento diferenciado.
26/11/2015	Edital de divulgação do deferimento e indeferimento dos pedidos de isenção da taxa do Concurso Público.
30/11/2015	Término do prazo para pagamento da taxa de inscrição pelos candidatos que tiveram pedidos de isenção indeferidos.
07/12/2015	Edital de Homologação das inscrições deferidas com lista dos candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNEs.
30/12/2015	Edital de divulgação dos locais e horários para realização das provas.
08/01/2016	Término do prazo para candidata lactante apresentar requerimento



ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ISRAELÂNDIA
Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144
Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



	para amamentação.
17/01/2016	Realização das Provas Objetivas
19/01/2015	Edital de divulgação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas.
21/01/2015	Último prazo para interposição de recurso contra o gabarito das provas objetivas.
25/01/2016 à 29/01/2016	Edital de divulgação dos resultados e classificação contendo as notas das provas objetivas até o limite do ponto de corte.
02/02/2015	Último prazo para interposição de recurso do resultado preliminar das provas objetivas.
05/02/2015	Último prazo para entrega dos títulos.
08/02/2016 à 12/02/2016	Divulgação do resultado preliminar da prova de título.
16/02/2015	Último prazo para interposição de recurso da divulgação do resultado preliminar da prova de título.
22/02/2016 à 26/02/2016	Divulgação do Resultado Definitivo.
29/02/2016	Envio da relação dos aprovados ao Presidente da Câmara Municipal para homologação e publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, Jornal de grande circulação e Placar da Câmara Municipal.

OBSERVAÇÕES:

1) Este cronograma servirá como instrumento de orientação à participação do candidato no certame. No entanto, trata-se de cronograma provável, podendo se confirmar ou não, a depender de variáveis inerentes ao concurso público, tais como: número de candidatos inscritos no certame, número de recursos apresentados em todas suas etapas, cumprimento de prazos, ocorrência simultânea de outros certames, adequação do Edital às recomendações do Tribunal de Contas dos Municípios etc.

2) Todas as publicações serão realizadas até às **23 horas e 59 minutos** da data estipulada neste cronograma, no endereço eletrônico: www.perfas.com.br.